

PARTE I

O que é Nakba

ما هي النكبة

Em 16 de maio de 2011, na fronteira entre Jordânia e Cisjordânia, território palestino ocupado ⁶, a agente da polícia israelense, em interrogatório, pergunta a mim: “O que é *Nakba*?” Devolve-me a indagação. A pergunta fica no ar.

O termo árabe significa “catástrofe” ou “desastre” e refere-se à criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, em 78% do território da Palestina. Um dos primeiros a utilizá-lo foi o historiador sírio Constantine Zureiq, no começo dos anos

6 Designação dada pela Organização das Nações Unidas a Gaza e Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, territórios palestinos ocupados militarmente por Israel em 1967. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/countries/menaregion/pages/psindex.aspx>>. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

7 Edição esgotada, a obra é citada em MASALHA, N., *El problema de los refugiados palestinos sesenta años después de la Nakba*, Casa Árabe, 2011, p. 5. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/csca/agenda11/palestina/pdf/dtca008-masalha.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2013; e em LOUIS, R. W. e SHLAIM, A. (Ed.), *The 1967 Arab-Israeli War: Origins e Consequences*, Cambridge University Press, 2012, p. 297.

1950, em sua obra *Ma'na al Nakba*, publicada em inglês sob o título *The meaning of the disaster* ⁷. No livro, sua pretensão foi investigar as causas socioeconômicas da derrota árabe de 1948. Entre os precursores, também, o palestino 'Arif al 'Arif, em sua obra *Al-Nakba: nakbat bayt al-Maqdis*, de 1958-1960.

É usado porque a constituição do Estado de Israel resultou na “destruição da Palestina histórica e limpeza étnica” ⁸ do povo que a habitava”, como destaca o historiador palestino Nur Masalha em *Expulsion of the Palestinians: The Concept of “Transfer” in Zionist Political Thought, 1882-1948*.

De fato, uma catástrofe. A sociedade foi inteiramente fragmentada, e a vida da população, nas palavras dos acadêmicos Lila Abu Lughod e Ahmad H. Sa' di, em *Palestine, 1948, and the Claims of Memory*, “dramática e irreversivelmente transformada”. Simbólico é o fato de as famílias palestinas encontrarem-se divididas, com membros espalhados por todo o mundo, além de milhares deslocados internamente e mais de 5 milhões em campos de refugiados – diáspora que segue nos dias atuais, quase 70 anos após o início da tragédia. Palavras como “estrangeiro na própria terra”, “ocupação”, “colonos”, “racismo”, “prisão”, “cerco” tornaram-se comuns ao vocabulário palestino, mas também “resistência” e todos os termos que a permeiam.

A *Nakba* é frequentemente reconhecida como o começo da história palestina contemporânea, com profunda influência sobre a consciência política palestina. Em *El problema de los refugiados sessenta años después de la Nakba*, Masalha descreve a *Nakba* como a “pedra angular” da memória coletiva e história dos habitantes nativos da Palestina. De acordo com esse autor,

8 O emprego do termo e a contextualização sobre o porquê de seu uso são explicados nas páginas a seguir

ainda que a identidade nacional palestina tenha raízes muito anteriores a 1948, os relatos da memória do período posterior à *Nakba* representaram um papel crucial na reconstrução de dita identidade nacional (...).⁹

O Estado de Israel tem se empenhado em obliterar a *Nakba*, proibindo e reprimindo manifestações de palestinos para lembrar a data. Na sua história oficial, apresenta a versão de “guerra da independência” ou “guerra de libertação nacional”. Afirma que nessa circunstância, os árabes fugiram de suas terras por recomendação de suas lideranças¹⁰. Outra interpretação comum da “guerra de 1948”, lembrada por Masalha, é de que foi uma “guerra de “poucos contra muitos”. A professora-doutora da Universidade de São Paulo (USP) Arlene Clemesha, em artigo intitulado *Palestina 1948-2008: 60 anos de desenraizamento e desapropriação*, publicado na *Revista Tiraz*, opina que tal narrativa está definitivamente abalada pela revisão feita pela nova historiografia israelense a partir dos anos 1980. Por outro lado, observa que “alguns autores acreditam que a narrativa geral ainda sobrevive”. É o que aponta, na obra já citada, Masalha:

A corrente dominante dos historiadores israelenses continua pintando a guerra de 1948 como uma contenda desigual entre o judeu David e o árabe Golias, como uma luta desesperada, heroica e finalmente exitosa contra todo prognóstico. (...) Ao converter a fé judaica em uma ideologia¹¹ laica, os historiadores e autores israelenses têm adotado e reinterpretado as fontes e mitos bíblicos e os mobilizado em apoio aos

9 MASALHA, Nur. *El problema de los refugiados palestinos sesenta años después de la Nakba*, Casa Árabe, 2011, p. 5-6. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/csca/agenda11/palestina/pdf/dtca008-masalha.pdf>>.

10 Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/refugees.html>>.

objetivos israelenses a partir de 1948. Segundo esse discurso, os poucos, que se converteram em muitos por sua valentia e convicção, eram os colonos sionistas europeus, que emulavam os lutadores do antigo Israel, enquanto os muitos eram aqueles palestinos e árabes que encarnavam diversos opressores antigos. A luta sionista contra os nativos palestinos era assim caracterizada como uma atualização das antigas batalhas e guerras bíblicas, incluída a morte de Golias por David.¹²

Esse discurso fundamenta-se na negação da *Nakba*.

A seguir, breve contextualização sobre os precedentes históricos que revelam o que estava sendo planejado em relação aos palestinos para 1948.

O sionismo moderno

Inspirado no protonacionalismo judeu, movimento inaugurado por intelectuais nos anos 50 do século XIX no Leste Europeu, surge o “sionismo moderno”, em fins do mesmo período.

Muitos consideram que o primeiro teórico do sionismo foi Moses Hess (1812-1875), autor de *Rome and Jerusalem*¹³. Nascido em Bonn, Alemanha, e tendo falecido em Paris,

11 Para Terry Eagleton, o termo ideologia abarca amplo espectro de significados. Entre eles, o de que designa signos e valores que ajudam a reproduzir um “poder social dominante”. Também denota qualquer conjuntura significante entre discurso e interesses políticos. EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997, pp. 38-39.

12 MASALHA, Nur. *El problema de los refugiados palestinos sesenta años después de la Nakba*, op. cit., p. 18.

13 HESS, M. *Rome and Jerusalem: a study in jewish nationalism*. New York: Bloch Publishing Company: 1918. Trad. do alemão para o inglês: Meyer Maxman. Disponível em: <<http://archive.org/stream/romeandjerusale02waxmgoog>>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

França, ele foi pioneiro em escrever sobre a questão do nacionalismo judeu no contexto europeu. Por essa razão, a obra de Moses Hess é apresentada pela Agência Judaica como “um clássico da teoria sionista”¹⁴. O texto data de 1862, mas foi publicado pela primeira vez somente em 1916. Hess prega, em seus escritos, a “restauração” do estado judeu como um movimento de libertação nacional:

As vozes que são ouvidas de várias partes do mundo, demandando a regeneração nacional de Israel, encontram justificativa, em primeiro lugar, na cultura judaica, no caráter nacional do judaísmo, e, além disso, no processo geral de desenvolvimento da humanidade e seu óbvio resultado, e, finalmente, na situação presente da vida humana.¹⁵

Em sua obra, Hess refere-se à perseguição sofrida pelos judeus ao longo da história como justificativa para a necessidade do que denomina restauração do estado judeu na Palestina. Ele faz uma longa defesa do nacionalismo judeu e critica os que se opõem a essa concepção. Fundamenta suas ideias nos escritos bíblicos e na visão de civilização judaica.

Antes seguidor e amigo de Karl Marx¹⁶ (1818-1883), Hess decidiu-se – como descreve Shlomo Sand em *A invenção do povo judeu* –, com “o fracasso da revolução na Europa”¹⁷, segundo seu próprio testemunho, a abandonar temporariamente

14 AGÊNCIA Judaica, Apud EITAN São Paulo. Disponível em: <<http://www.eitan.com.br/hess.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2012.

15 HESS, M. *Rome and Jerusalem: a study in jewish nationalism*. New York: Bloch Publishing Company: 1918. Trad. do alemão para o inglês: Meyer Waxman, p. 87-88.

Disponível em: <<http://archive.org/stream/romeandjerusale02waxmgoog>>.

16 Teórico e revolucionário alemão.

17 Referência à chamada Primavera dos Povos, de 1848. SAND, S., *A invenção do povo judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvira, 2010, p. 144.

a política para se dedicar às ciências naturais”¹⁸. Em seu texto *Rome and Jerusalem*, ele cita um dos pioneiros a publicar a história dos judeus na época contemporânea: o polonês Heinrich Graetz, autor de *History of the Jews*¹⁹. O ensaio de Graetz passou a ser referência na historiografia nacional judaica durante todo o século XX, como conta Sand:

É difícil avaliar sua influência na formação da futura consciência sionista, mas não há dúvida de que foi significativa e central. De grande alcance, embora particularmente pouco vinculada à descrição da história dos judeus do Leste Europeu (...), essa obra foi devorada com pressa e entusiasmo pelos primeiros intelectuais nacionalistas do império russo. Marcou orgulhosamente todos os relatos de seus sonhos com a “antiga pátria”. (...) Da mesma forma, encorajou uma leitura laica, se não verdadeiramente ateia, da Bíblia. Mais tarde, o livro chegou a servir aos dirigentes dos colonos sionistas na Palestina como fio condutor das profundezas do tempo. (...) A razão dessa influência maciça é clara: trata-se do primeiro ensaio no qual o autor investe seus esforços, com firmeza e sensibilidade, com o objetivo de inventar o povo judeu²⁰. (...) Graetz, mais que nenhum outro, forjou o modelo nacional de escrita da história dos Judeus (com “J” maiúsculo).²¹

18 SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Ed. Benvirá, 2011, p. 145.

19 GRAETZ, H. Disponível em: <<http://archive.org/stream/historyofje-02grae#page/8/mode/2up>>.

20 Tanto o conceito de nação quanto o de “povo judeu” são questionados por Shlomo Sand. Assim, desconstrói a ideia de retorno à própria terra 2 mil anos depois, construída sobre mitos bíblicos e representações. Ele questiona o que há em comum, por exemplo, entre judeus que nasceram em lugares completamente distintos como Ucrânia e Marrocos para serem considerados parte de uma mesma nação. SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvira, 2010

21 Idem, pp. 136-137.

Menos de 30 anos após Hess ter escrito *Rome and Jerusalem*, foi criado o termo sionismo, pelo judeu vienense Nathan Birnbaum (1864-1937). A informação é confirmada na *Jewish Virtual Library*²²:

Em 1882, juntamente com dois outros estudantes da Universidade de Viena, ele fundou o Kadima²³, a primeira organização de estudantes nacionalistas judeus no Ocidente. Em 1884, ele publicou seu primeiro panfleto, *Die Assimilation sucht (A doença/mania da assimilação)*. Ele fundou, publicou e editou *Selbst-Emancipation! (Autoemancipação!)* (1884-1894), um periódico que promovia “a ideia de renascimento judeu e reassentamento na Palestina”, a qual foi incorporada e desenvolveu as ideias de Leon Pinsker²⁴. Em 1890, Birnbaum cunhou os termos “sionista” e “sionismo” e, em 1892, “sionismo político”. Em 1893, ele publicou uma brochura intitulada *Die Nationale Wiedergeburt des Juedischen Volkes in seinem Lande als Mittel zur Loesung der Judenfrage (O renascimento nacional do povo judeu em suas terras como sinônimo de solução da questão judaica)*, em que expôs ideias similares às que Herzl²⁵ promoveria subsequentemente.

22 JEWISH Virtual Library. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/Birnbaum.html>>.

23 Kadima seria o nome dado em 2005 a partido fundado pelo ex-primeiro ministro de Israel, Ariel Sharon (1928-2014), o qual hoje integra a coalizão do Governo de Israel. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/sharonnewparty.html>>.

24 Leon Pinsker (1821-1891) nasceu na Polônia (Rússia). Fundou em 1880 o movimento Hibbat Zion. Um dos chamados sionistas territoriais, teve papel importante na fundação de assentamentos agrícolas na Palestina. JEWISH Virtual Library. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/pinsker.html>>.

25 Theodor Herzl, pai do sionismo político. Cf. nesta obra.

Birnbaum expandiu as ideias de Hess, ao afirmar que:

Só as ciências naturais podem explicar a especificidade intelectual e afetiva de um povo em particular. (...) As diferenças de raças estão na origem da multiplicidade das variedades nacionais. É por conta da oposição entre as raças que o alemão e o eslavo pensam e sentem de forma diferente que o judeu.²⁶

Ao criar o termo “sionismo”, seu intuito era fazer referência a Sião, um dos nomes bíblicos de Jerusalém. Não obstante, “em contraste”, o sionismo político moderno sempre foi secular. Sequer havia, em fins do século XIX, quando surgiu, o ímpeto da maioria dos judeus de viver na Palestina, considerada um lugar sagrado, não sua futura nação. Utilizar o termo sionismo teve por objetivo angariar o apelo religioso para fortalecer um movimento político. É o que indica Pappé, em *A limpeza étnica da Palestina*:

Eretz Israel, a Terra de Israel, o nome da Palestina na religião judaica, havia sido venerada ao longo dos séculos por gerações de judeus como um lugar de peregrinação sagrado, nunca como um Estado secular futuro. A tradição e a religião judaicas ensinavam que os judeus deviam esperar a chegada do Messias prometido ao “final dos tempos”, antes de poder regressar a Eretz Israel como um povo soberano, os servos obedientes de Deus, para a fundação de uma teocracia judaica... Em outras palavras, o sionismo secularizou e nacionalizou o judaísmo. Para realizar seu projeto, os pensadores sionistas reclamavam o território bíblico, que recriavam (de fato, reinventavam) como o berço de seu movimento nacionalista.

26 Citação reproduzida por SAND, Shlomo, *A invenção do povo judeu*, op. cit.

O pai do sionismo político moderno foi Theodor Herzl (1860-1904). Judeu nascido na Hungria, exercia em Viena, então capital do Império Austro-Húngaro (1867-1918), a função de jornalista e autor teatral. Integrado à sociedade local, não tinha interesse pelo judaísmo ou por questões correlatas. O ponto de virada teria sido, conforme relatado em sua obra *Der Judenstaat* [O estado judeu]²⁷, o “Caso”, como ficou conhecido na França o caso Dreyfus. Refere-se à acusação de traição enfrentada naquele país pelo oficial Alfred Dreyfus, em 1894, por ser de origem judaica. A partir desse acontecimento, Herzl teria concluído que não haveria qualquer esperança de assimilação. Assim, a única solução seria que os judeus vivessem em seu próprio estado. Essa alegação, contudo, é questionada por estudiosos israelenses, como informa Ilan Pappé em sua obra *História da Palestina moderna*²⁸.

Para assegurar a imigração de judeus da Europa para a Palestina, era necessário convencê-los que a transferência²⁹ para aquelas terras seria o único caminho para livrarem-se do “antissemitismo” – termo que se refere à discriminação contra semitas³⁰. Herzl vinculou, nesse sentido, ao publicar *O estado judeu*, em 1896, a chamada “questão judaica”³¹ – para ele, herança da Idade Média – não à religião ou ao aspecto social, mas a um problema nacional. Ele não sugeriu na publicação exclusivamente a Palestina para sua criação. Em seu livro, coloca a questão: “Devemos preferir a Palestina ou Argentina?” Sua resposta é de que a “Sociedade (dos

27 O escritor Moacyr Scliar (1937-2011), que participou do movimento juvenil sionista, aborda o assunto em seus comentários à edição de *O Estado judeu* traduzida para o português. HERZL, T. *O Estado judeu*. Trad. David José Pérez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 21.

28 PAPPÉ, Ilan. *História da Palestina moderna – uma terra, dois povos*. Trad. Ana Saldanha. Lisboa: Ed. Caminho, 2007, p. 64.

29 O termo era usado como um eufemismo pelos sionistas, segundo MASALHA, N.. *Expulsion of the Palestinians: The Concept of “Transfer” in Zionist Political Thought, 1882-1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992..

Judeus) aceitará o que lhe derem, tendo em consideração as manifestações da opinião pública a este respeito”³². Na sua análise, nos dois locais houve experiências bem-sucedidas de “colonização judaica”. Em 1897, ano seguinte à publicação, durante o I Congresso Sionista realizado na Basiléia, Suíça, que reuniu 200 delegados do Leste da Europa³³, a Palestina foi escolhida:

Esse nome por si só seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo. (...) Para a Europa, constituiríamos aí um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Ficaríamos como Estado neutro, em relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência.³⁴

30 Segundo escreve Reichert, “o termo vem de Sem, filho mais velho de Noé, e faz subentender que os semitas seriam os seus descendentes. Sendo insustentável esta suposição, o termo é hoje, no uso científico, um conceito linguístico: semitas são aqueles que falam ou falaram uma língua semítica (assírio, babilônio, cananeu ou fenício, arameu, hebraico, árabe). Mas o parentesco linguístico não é o único laço que une os povos semíticos: uma comparação de seus aspectos físicos, comportamentos psíquicos, crenças religiosas e instituições sociais revela uma semelhança considerável. Formaram, sem dúvida, nos tempos remotos, uma comunidade que falava a mesma língua e ocupava a mesma região. A teoria mais plausível afirma que a pátria dos semitas foi a parte meridional da Península Arábica.” Em: *História da Palestina*. São Paulo: Editora Herder (Editora da Universidade de São Paulo), 1972.

31 Em *A questão judaica*, Karl Marx critica a teorização do hegeliano Bruno Bauer sobre o tema, o qual afirma que, para viverem juntos, judeus e cristãos precisam renunciar ao que os separa: suas religiões, além do estabelecimento de um estado laico. Marx discorda e defende não só a separação entre Estado e religião, mas principalmente a emancipação humana materializada numa sociedade entre iguais, ou seja, comunista. Escrita em 1843 e publicada em 1884, a obra está disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>.

Herzl empreendeu esforços para obter o apoio das elites judaicas e governantes europeus ao projeto sionista. Segundo o historiador israelense Avi Shlaim, em *A muralha de ferro*, seu pressuposto “não declarado” e de seus sucessores era que o movimento alcançaria o seu objetivo “não através de um entendimento com os palestinos locais, mas por meio de uma aliança com a grande potência dominante do momento”.³⁵

Esse parceiro seria a Grã-Bretanha, que vislumbrava a Palestina como sua “futura aquisição”. Como parte de sua estratégia de convencimento, Herzl explicou que os britânicos poderiam se beneficiar da criação em região de Gaza de um “oásis sionista”, ao que seria necessário levar água do Rio Nilo através de um canal³⁶. Num primeiro momento, esse plano foi frustrado, dada a objeção do lorde inglês Cromer, que comandava o Cairo. Herzl propôs, como alternativa, a instituição do estado judeu temporariamente em Uganda, então colônia inglesa, para depois passar à Palestina. O que foi visto como traição por outras lideranças sionistas, como Chaim Weizmann³⁷ (1874-1952), uma vez que o próprio idealizador do Estado de Israel havia nacionalizado o judaísmo, sinalizando o local que viria a

32 HERZL, T. *O Estado judeu*. Trad. David José Pérez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 66.

33 O revolucionário Leon Trotsky esteve presente ao I Congresso Sionista da Basiléia, como observador, e afirmou depois que Theodor Herzl era um “aventureiro sem-vergonha”, tecendo duras críticas ao sionismo em artigo publicado no *Iskra*. Em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado – 1879-1921*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005, p. 106.

34 HERZL, T. *O Estado judeu*, *op. cit.*, p. 66.

35 SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe*. Trad. Maria Beatriz Penna Vogel. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004, p. 41.

36 PAPPÉ, Ilan. *História da Palestina moderna – uma terra, dois povos*. Trad. Ana Saldanha, Lisboa: Ed. Caminho, 2007, p. 81.

37 Chaim Weizmann se tornou o primeiro presidente de Israel, em 1948.

Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/weizmann.html>>.

ser definido no I Congresso Sionista. O plano de Uganda, conseqüentemente, não foi levado adiante. A Palestina voltou a ser central na proposta sionista³⁸.

Após o I Congresso Sionista, dois rabinos foram enviados à Palestina para reconhecimento do local. Em telegrama, eles descreveram o cenário com que o movimento que visava criar um estado judeu naquelas terras teria que lidar: “A noiva é bela, mas está casada com outro homem.”³⁹ Em outras palavras, os visitantes anunciavam que a Palestina não era um descampado, um lugar deserto e inabitado. Como conta Pappé,

Nas vésperas da Guerra da Criméia (1853-1856), cerca de meio milhão de pessoas viviam na terra da Palestina. Eram de língua árabe. A maioria era muçulmana, mas cerca de 60 mil eram cristãos de várias denominações e cerca de 20 mil eram judeus. Além disso, tinham que tolerar a presença de 50 mil soldados e funcionários otomanos, assim como de 10 mil europeus.⁴⁰

Independentemente da linha sionista, que incluía os denominados trabalhistas, os moderados e os revisionistas – cujo fundador foi o judeu russo Zeev Jabotinsky (1880-1940) –, prevalecia a ideia de que era preciso o apoio de uma grande potência para consolidar o projeto sionista. Assim como a necessidade de estimular a imigração judaica e transferir os palestinos nativos, usando a força militar para tanto. A diferença era que os revisionistas consideravam essa opção explicitamente, chegando o fundador dessa ala a publicar um artigo intitulado “Sobre a muralha de ferro”⁴¹. No texto, Jabotinsky

38 PAPPÉ, Ilan. *História da Palestina moderna*, op. cit., p. 81.

39 SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe*. Trad. Maria Beatriz Penna Vogel. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004, p. 40.

40 PAPPÉ, Ilan. *História da Palestina moderna*, op. cit., p. 41.

41 JABOTINSKY, Zeev. *The Iron Wall*, November 4, 1923. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/quot-the-iron-wall-quot>.

defendia a implementação de “uma muralha de ferro de força militar judaica”. Já os trabalhistas não admitiam essa intenção abertamente. Acreditavam que essa estratégia deveria ter menos peso – ao menos no início, até se aproximarem mais das ideias defendidas por Jabotinsky. A face mais visível dessa mudança foi a carreira do judeu polonês David Ben-Gurion (1886-1973), criador do poder militar do *Yishuv*⁴² e primeiro premiê de Israel, em 1948.

Orientalismo

Os sionistas encaravam os nativos da Palestina com desprezo. O pensamento de Jabotinsky ilustra essa visão:

Ele rejeitava a visão romântica do Oriente e acreditava na superioridade cultural da civilização ocidental, a qual deveria ser levada àquelas terras. “Nós, judeus, não temos nada em comum com aquilo que significa ‘o Oriente’ e agradecemos a Deus por isso”, declarou ele. Em sua visão, o Oriente representava passividade psicológica, estagnação social e cultural e despotismo político. Embora os judeus tenham se originado no Oriente, pertencem cultural, moral e espiritualmente ao Ocidente.⁴³

A propaganda à época reflete a ideia de que os imigrantes judeus fariam florescer o deserto e para lá levariam o progresso, bem como a de que ali teriam um porto seguro contra um possível novo Holocausto. Os sionistas propagaram ao mundo o mito de “uma terra sem povo para um povo sem terra” – *slogan* criado por Israel Zangwill (1864-1926), um dos pioneiros do movimento na Grã-Bretanha e proeminente escritor.

42 Comunidade judaica, em hebraico.

43 SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro*, *op. cit.*, p. 49.

Zangwill visitou a Palestina em 1897. Tanto ele quanto as principais lideranças sionistas – Theodor Herzl, Ben-Gurion e Chaim Weizmann – utilizavam esse slogan por considerarem os palestinos um “não povo”, não por desconhecerem sua existência:

Quando perguntado por Ruppín (*chefe do Departamento de Colonização da Agência Judaica*) sobre os árabes palestinos, Weizmann replicou: os britânicos disseram-nos que são algumas centenas de milhares de negros (*Kushim*) e aqueles não têm valor.⁴⁴

Os estudos sobre o sionismo apontam que esse movimento se utilizou de representações como essa para construir não só a nação, mas uma identidade a ela associada. Na análise da autora Ella Shohat, expressa em *Taboo memories, Diasporic Voices*, “a historiografia israelense tentou intensamente normalizar seu processo particular de invenção nacional”⁴⁵. O sionismo, de acordo com essa visão, constituía uma metanarrativa e um discurso caracterizado pelo “binário Oriente-Occidente”. Sob a falácia de movimento de libertação nacional, sua ideologia incorporava a matriz colonial. A “identidade imaginada” seria estritamente europeia, e Israel constituiria, como escreve Shohat, “um posto avançado do Occidente, da civilização contra a barbárie”⁴⁶.

Essa representação vai ao encontro do que o intelectual palestino Edward Said (1935-2003) define como “orientalismo”⁴⁷. Conforme esse autor, é “um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) o ‘Occidente’”. Uma ótica que contrapõe “Oriente” e “Occidente” enquanto “entidades geográficas, culturais e históricas criadas pelo homem. Constitui, assim, uma ideia, um imaginário e um discurso”⁴⁸.

44 MASALHA, Nur. *Expulsions of Palestinians*, op. cit., p. 6.

45 SHOHAT, Ella. *Taboo memories, Diasporic Voices*. Durham: Duke University Press, 2006, XVIII.

De acordo com essa visão, explicitada por Said, os “ocidentais” são apresentados como civilizados, com raciocínio lógico, pacíficos, capazes de valores reais; já os “orientais” equivalem a uma massa uniforme de povos atrasados, bárbaros, afeitos à violência por natureza, que não podem se autogovernar, devem ser temidos e, portanto, controlados.⁴⁹

O conceito não é novo. Como o próprio Said ensina, já por ocasião do Concílio de Viena (1312), surgiram várias cátedras de estudos sobre o “Oriente”. Não obstante, o século XVIII é entendido por ele como um marco em sua fase moderna, uma espécie de “renascimento”, com a ampliação das representações sobre os povos “orientais”. Para Said, quatro elementos marcam essa fase: a expansão do que se consideraria “Oriente”, incluindo novas regiões e períodos; o reforço do confronto histórico com o “Ocidente”, numa busca por fortalecer a ideia de uma civilização europeia superior; uma identificação seletiva com o “Outro”; e sua classificação por *tipos*, amplamente fundamentada na teoria racial que teve seu auge ao final do século XIX. Simultaneamente, ainda conforme o intelectual palestino, os padrões antigos do orientalismo – estruturados na visão religiosa da história e do destino humano – foram recriados e incorporados⁵⁰.

46 Ibidem.

47 Publicado em 1978 e traduzido para dezenas de idiomas, *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*, de Edward Said, tornou-se um clássico dos estudos culturais. Sua publicação gerou inúmeras polêmicas, às quais o intelectual palestino procurou responder em trabalhos posteriores. Entre seus críticos, o historiador britânico Bernard Lewis, ele próprio um orientalista.

Disponível em: <<https://www.amherst.edu/media/view/307584/original/The+Question+of+Orientalism+by+Bernard+Lewis+%7C+The+New+York+Review+of+Books.pdf>>.

48 SAID, Edward. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosa Eichenberg. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007, p. 31.

49 Idem, p. 85.

50 Idem, pp. 174, 176 e 314 (grifo do autor).

Anuar Abdel Malek, um dos predecessores de Said na análise dessa abordagem em relação ao mundo árabe, reitera em sua obra *Orientalism in Crisis* que a história do orientalismo tradicional situa sua fundação durante o Concílio de Viena. Assim como Said, destaca, contudo, que na região em questão, o “real ímpeto de estudos orientais” data essencialmente do período de domínio colonial europeu. O “Oriente” e “os orientais” seriam vistos como objetos de estudo passivos, alienados, dotados de uma subjetividade histórica, sem autonomia, que precisavam ser definidos por “outros”. Seriam caracterizados por sua “tipologia étnica”.⁵¹

Conforme Pappé, os primeiros sionistas chegaram à Palestina simultaneamente aos missionários, no século XIX. Esse movimento “partilhava o desprezo dos outros ocidentais pela população local”⁵². A ideia era de que a população indígena deveria ser modernizada para seu próprio bem ou dar lugar aos recém-chegados – “entre os mais ambiciosos e enérgicos estariam os sionistas”⁵³.

Ainda de acordo com esse historiador, viajantes, missionários e escritores europeus publicaram mais de 3 mil livros e relatos de viagem sobre a Palestina durante o século XIX, todos pintando-a como um local primitivo, à espera de redenção. Como escreve Pappé, a visão corrente era de que “as pessoas que os exploradores europeus encontravam eram obviamente infelizes no seu mundo pré-moderno”.

Como estratégia para convencer os judeus a imigrarem – pois não havia esse ímpeto num primeiro momento –, o sionismo procurava reinventar a noção de regresso para um local ocupado por “forasteiros”. Pappé explica que a designação era dada a não judeus que haviam vivido na Palestina desde a época

51 MALEK, Abdel Anuar. *Orientalism in Crisis*. Diógenes, v. 11, n. 44, December 1963, p. 108.

52 PAPPÉ, Ilan. *História da Palestina moderna*, op. cit., p. 63.

53 Idem, p. 61.

do Império Romano – que durou mais de mil anos até a tomada de Constantinopla pelos otomanos em 1453. Assim,

para muitos sionistas, a Palestina nem sequer era um território “ocupado” quando começaram a transladar para lá em 1882, senão uma terra “vazia”: os palestinos nativos que viviam no lugar eram, em grande medida, invisíveis ou, caso contrário, uma dificuldade natural que haviam de conquistar e eliminar.⁵⁴

Para Said, o sionismo extraiu sua visão de preconceitos “ocidentais” em relação aos ditos “orientais” – entre os quais os palestinos – e os desumanizou. É o que propugna em *A questão da Palestina*: “Israel, assim como seus defensores, tentou obliterar os palestinos com palavras e ações, porque o Estado judeu constrói-se de muitas maneiras (mas não todas) sobre a negação da Palestina e dos palestinos.”⁵⁵ Segundo o autor, as afirmações de britânicos e de líderes sionistas demonstram seu desprezo por esse povo e sua concepção de que estavam a serviço de uma “missão superior”. Chaim Weizmann, por exemplo, em carta ao lorde inglês Balfour, datada de 30 de maio de 1918, referiu-se ao árabe como de “natureza traiçoeira”, “defasado no tempo”, “desonesto”, “inculto”, “ganancioso”⁵⁶. Assim, o sionismo se identificou com o dito “Ocidente”, com linguagem e ideologia comuns⁵⁷.

54 Idem, p. 63.

55 SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. LV.

56 Idem, p. 32.

57 Idem, p. 30.